



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL
TERMO DE REFERÊNCIA

1 INTRODUÇÃO:

1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a aquisição de **22 (vinte e duas) camas hospitalares do tipo Fowler, com acionamento elétrico, bem como de 35 (trinta e cinco) poltronas destinadas aos acompanhantes**, visando ao atendimento adequado de pacientes adultos do município de Costa Marques.

1.2 A contratação será procedida por licitação, pela modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no Art. 6º Inciso XLI, Art. 17, §2º da Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos;

1.3 O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento.

2 IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE:

Processo Administrativo: n.º 0000173.22.06-2026

Área solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU

Responsável: Welcklen Silva de Jesus - Secretário Municipal de Saúde

3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 A contratação possui dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual vigente, fonte de recursos vinculada ao Fundo Municipal de Saúde.

Função Programática: 10.301.1.340 – AQUISIÇÃO DE EQUIP. MOBILIARIO PERMANENTE

Elemento De Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Materiais Permanente

Ficha: 238.

4 OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea a, Art. 92, Inciso I da Lei nº. 14.133/2021):

4.1 A presente contratação tem como objeto a aquisição de cama hospitalar tipo Fawler – Elétrica, contendo colchão e travesseiro que serão utilizadas no Hospital Municipal de Costa Marques, conforme quantidade e especificações abaixo:

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UND
1	Cama fawler elétrica- Cama fawler elétrica - cama hospitalar tipo fawler elétrica: características técnicas: cabeceira e peseira: fabricadas em material termoplástico de alta resistência, dispostas de sistema de acesso rápido ao paciente (sarp), através de articulação vertical com uso de guias lineares especiais, base: recuada, construída em metalon de aço carbono retangular. Estrado: construído em metalon de aço carbono retangular, leito: articulado em 4 secções, com estrutura rígida em chapa de aço perfurado. Grades laterais: dois pares de grades laterais, sendo um par no dorso e um par na perna, de atuação independente, injetadas em polietileno, fixados à cama, com sistema retrátil. Movimentos: os movimentos fowler, semi-fowler, sentado, flexão de pernas, vascular, cardíaco, elevação de leito comandados por motores, dotados de fim de curso e blindados, para proteção, tensão principal bivolt, 50/60 hz, com unidades de bateria de tensão 24 v, corrente 10a, recarregáveis. Acionamento: por controle de mão. Sistema de compensação abdominal: afastamento entre o dorso e o assento fixo no momento da elevação do dorso, melhorando a ergonomia do paciente e auxiliando a prevenção de escaras, para-choque: para-choques fixados às extremidades para proteção contra danos por choques em paredes e/ou outros móveis. Rodízios: rodízios de 150 mm de diâmetro com banda de rodagem condutiva em poliuretano. Acabamento: pintura eletrostática a pó com resina epóxi poliéster e polimerizado em estufa, excelente resistência química e mecânica, após tratamento antiferruginoso. Capacidade mínima: 150 kg. Dimensões aproximadas: externas aproximadas: 2,13 x 1,05 m (+ 0,15 m), internas aproximadas: 1,90 x 0,90m (± 0,15 m), altura mínima do leito aproximadas: 0,40 m (+ 0,15 m), altura máxima do leito aproximadas: 0,80 m (+ 0,15 m).	UND
2	POLTRONA PARA ACOMPANHANTE Características Técnicas: Material: Estrutura confeccionada em aço ou ferro pintado, garantindo resistência e durabilidade. Assento e encosto: Estofados em courvin, proporcionando conforto e facilidade na higienização. Capacidade de carga: Suporta até 120 kg. Reclinação: Ajuste manual para diferentes posições de conforto.	UND

5 DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS:

5.1 Os equipamentos deste Termo de Referência podem ser classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021.

6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

6.1 A aquisição de poltronas para acompanhantes e cama hospitalar tipo Fowler é fundamentada no estudo técnico preliminar anexado, elaborado em conformidade com a Lei 14.133/2021. O objetivo é atender ao Hospital Municipal de Costa Marques, ampliando sua capacidade de atendimento e assegurando a qualidade e o bem-estar dos pacientes. Esta aquisição visa melhorar a eficiência no atendimento à comunidade,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

proporcionando uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades de saúde locais.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Para atender às necessidades de conforto e suporte dos pacientes internados e otimizar as condições de trabalho dos profissionais de saúde, propõe-se a aquisição de camas hospitalares tipo Fowler elétricas para o Hospital Municipal. Esta solução visa melhorar o bem-estar dos pacientes, oferecendo um ajuste ergonômico e adequado às suas condições médicas, e facilitar o trabalho dos colaboradores.

7.2 As camas tipo Fowler elétricas proporcionam a capacidade de ajustar a inclinação da cabeça e das pernas, um recurso essencial para atender às necessidades específicas de cada paciente e promover uma recuperação mais eficaz. A funcionalidade elétrica dessas camas permite que os profissionais de saúde ajustem a posição dos pacientes de maneira prática e segura, o que contribui para a eficácia dos tratamentos e aumenta o conforto dos pacientes.

7.3 Além de promover a saúde e o conforto dos pacientes, a aquisição dessas camas cria um ambiente de trabalho mais eficiente e seguro para os colaboradores do Hospital Municipal. Este investimento não só melhora a qualidade do atendimento, mas também proporciona melhores condições de trabalho, impactam positivamente tanto o bem-estar dos pacientes quanto a eficiência da equipe de saúde.

8 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

8.1 A empresa deve estar legalmente constituída e com todos os registros e autorizações em dia, como CNPJ e inscrição estadual.

8.2 Estar em dia com suas obrigações fiscais (Certidão Negativa de Débitos, por exemplo) e trabalhistas.

8.3 A cama hospitalar deve atender a normas técnicas específicas e ser certificada por órgãos competentes. A empresa deve fornecer documentação técnica que comprove a conformidade do produto com as normas de segurança e qualidade.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 8.4** A empresa deve demonstrar experiência na comercialização e fornecimento de camas hospitalares bem como das poltronas reclináveis. Referências de clientes anteriores e capacidade técnica para atender às necessidades do hospital ou instituição podem ser exigidas.
- 8.5** A empresa deve oferecer garantia para o produto e disponibilidade de assistência técnica para eventuais reparos ou manutenção.
- 8.6** A empresa deve fornecer toda a documentação necessária, como manual de operação, certificados de qualidade, e outros documentos relacionados ao produto.
- 8.7** A empresa deve cumprir prazos de entrega e condições específicas de transporte e instalação, se aplicável.
- 8.8** A empresa deve apresentar uma proposta comercial clara e detalhada, incluindo preços, condições de pagamento e outros termos contratuais.

9 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 9.1** O contrato terá duração de 12 meses, contados a partir de sua publicação, com possibilidade de prorrogação por iguais períodos e nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente.
- 9.2** Os equipamentos deverão ser entregues no Hospital, localizado na Av. Cabixi, 1100-1222 – Setor 01 - Costa Marques - RO, 76937-000, de segunda a sexta-feira, das 07:30 h às 13:30 h.
- 9.3** Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo servidor representante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 9.4** Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.5** Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (Trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 9.6** Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.8** A garantia dos equipamentos fornecidos deverá ser de pelo menos 12 (doze) meses, que será contado a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 9.9** Prevalece a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior ao estabelecido no **subitem 9.8**.
- 9.10** Sendo evidenciado defeito em prazo superior a 7 (sete) dias corridos a partir do recebimento definitivo, o problema será sanado pela assistência técnica.
- 9.11** O prazo de substituição dos materiais adquiridos ou de suas peças que apresentarem defeitos, durante o prazo de garantia, deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, inclusive se encontrados defeitos ou desconformidades com as especificações descritas no Termo de Referência, no ato da entrega.
- 9.12** Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ou assistência técnica ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelo produto e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda da Assistência Técnica credenciada, arcando com quaisquer danos
- 9.13** A CONTRATADA deverá indicar a rede de assistência técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), no Estado do Espírito Santo, desde que arque com todo o custo para envio e devolução do material.
- 9.14** Os equipamentos fornecidos referentes aos itens do Termo de Referência, deverão possuir assistência técnica, por meio de rede

Av. Chianca, nº 1381, Centro, Costa Marques – RO, CEP. 76.937-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

credenciada ou autorizada da marca ofertada, para atender às necessidades técnicas de reparo que ocorrerem no período de garantia de cada item.

9.15 Ocorrendo sinistro, o Fiscal do Contrato comunicará a CONTRATADA que deverá, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, retirar o bem, em qualquer uma das unidades onde estejam sendo utilizados, para avaliação e conserto na rede de assistência técnica disponível.

9.16 Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC Lei nº. 8.078 de 11/09/90.

10 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem fornecido, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/1990;

10.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

10.4 Quando não houver acatamento das determinações da fiscalização por parte dos prepostos e responsáveis da Contratada, será facultado à fiscalização da Prefeitura exigir a sua substituição por outro profissional, a critério da Contratante, com aprovação do Contratante.

10.5 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Prefeitura e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

10.6 O acompanhamento e fiscalização para o fiel cumprimento e execução desta contratação serão feitos por servidor indicado pelo titular da Secretaria Municipal requerente, a quem caberá a responsabilidade de fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições e disposições deste Contrato, bem como comunicar às autoridades competentes qual quer eventualidade que gere a necessidade de medidas de ordem legal e/ou administrativa.

10.7 O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, de terminando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.8 Fica reservada ao titular da Secretaria Municipal solicitante a competência para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos ou omissos, e em tudo mais que, de qualquer forma, se relaciona direta ou indiretamente com o objeto desta contratação, garantindo, entretanto, o contraditório e a ampla defesa.

10.9 A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única e integral da Contratada, no que concerne ao fornecimento dos materiais, e as implicações próximas ou remotas, perante o Contratante ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no fornecimento do objeto não implica corresponsabilidade do Contratante.

11 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

11.1 O pagamento será efetuado pela Contratante, após recebimento dos equipamentos, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

11.2 Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 11.3** O pagamento será efetivado no prazo de até 30 (trinta) dias após a Nota Fiscal ser conferida, aceita e atestada pelo Fiscal do contrato e ter sido verificada a regularidade da contratada, mediante e Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais.
- 11.4** Orienta-se constar no texto da Nota Fiscal, o número do procedimento da licitação, o objeto, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à aquisição e as informações referentes à origem dos recursos que financiam esta contratação (disponíveis na Nota de Empenho), para fins de compor o processo de prestação de contas.
- 11.5** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.6** Constatada a situação de irregularidade da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, para, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.
- 11.7** O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez e por igual período, a critério do Contratante.
- 11.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

11.9 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução ou do termo equivalente, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada ampla defesa.

11.10 Havendo a efetiva execução do objeto desta licitação, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da Nota de Empenho e/ou à rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação.

11.11 Somente por motivo de economicidade, emergência ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade competente deste órgão contratante, não será cancelada a Nota de Empenho ou rescindido o contrato em execução com a Contratada.

11.12 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas na contratação, deverá ser comunicada a Secretaria solicitante, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

11.13 O CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes.

11.14 O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, e esta por sua vez, depois do recebimento definitivo do objeto, estando vedada qualquer antecipação de pagamento sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Edital.

11.15 Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

12 PENALIDADES (Art. 92 Inciso XIV; Arts. 155 ao 163 da Lei nº. 14.133/2021):

12.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d)** Deixar de entregar a documentação exigida;
- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156 Lei nº 14.133/2021):

- a)** Advertência;
- b)** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas —b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 17.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §4º da Lei nº. 14.133/21);
- c)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 17.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º da Lei nº. 14.133/21);
- d)** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (Art. 156, §3º; Art. 162 da Lei nº. 14.133/21);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (Art. 156, §3º, Art. 162, Parágrafo Único da Lei nº. 14.133/21).

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º da Lei nº.14.133/21): a) A natureza e a gravidade da infração cometida; b) As peculiaridades do caso concreto; c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.4 A sanção prevista na Alínea a do item 17.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na Alínea a do item 17.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º da Lei nº. 14.133/21).

12.5 A sanção estabelecida na Alínea c do item 17.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral (Art. 156, §6º da Lei nº. 14.133/21).

12.6 As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 17.2 deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "d" e "e" do mesmo subitem 17.2 deste Instrumento (Art. 156, §7º da Lei nº. 14.133/21).

12.7 O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º da Lei nº. 14.133/21).

12.9 Na aplicação da sanção prevista nas Alíneas "d" e "e" do item 17.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº. 14.133/21).

12.10 A aplicação das sanções previstas no item 17.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (Art. 156, §9º da Lei nº. 14.133/21).

12.11 A aplicação das sanções previstas nas Alíneas “b” e “c” do item 17.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (Art. 158 e seus parágrafos da Lei nº. 14.133/2021).

13 DOS DOCUMENTOS COMPROVATÓRIOS DA REGULARIDADE JURÍDICA, FINANCEIRA, FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA DA FORNECEDORA

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021):

13.1 A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

13.2 Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

13.2.1 A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (Art. 66 da Lei 14.133/2021).

Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;

- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

13.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):

- a) Cartão de CNPJ;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de —certidão positiva com efeito de negativoll, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de —certidão positiva com efeito de negativoll, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de —certidão positiva com efeito de negativoll, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de —certidão positiva com efeito de negativoll, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21).
- f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21);
- g) Declaração Conjunta de:
- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
 - Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21);

- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc.);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do Termo de Referência e seus anexos e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

13.4 Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):

13.4.1 A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (Art. 69 da Lei 14.133/2021):

- a)** Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021).

14 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

14.1 O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 14.2** Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos, como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o(s) objeto(s) da contratação;
- 14.3** A proposta comercial deverá ter validade por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação quando da abertura da sessão pública estabelecida no Edital.
- 14.4** Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 14.5** Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.
- 14.6** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, caso persista o interesse deste Município.
- 14.7** A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.
- 14.8 A aquisição por meio de Pregão Eletrônico traz diversos benefícios para a SEMSAU, tais como:**

Economia de Tempo e Recursos: A utilização do Pregão Eletrônico permite à SEMSAU economizar tempo e recursos no processo de contratação, uma vez que a modalidade proporciona um procedimento mais célere e simplificado. Por ser realizado em meio eletrônico, o pregão reduz significativamente o tempo necessário para a conclusão do certame, eliminando etapas burocráticas tradicionais e promovendo maior eficiência.

Redução de Custos: O Pregão Eletrônico, por sua natureza competitiva, fomenta a participação de um maior número de fornecedores, resultando em propostas mais vantajosas. Os lances sucessivos e em tempo real





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

entre os licitantes tendem a reduzir os preços, proporcionando à SEMSAU economias significativas, além de assegurar a contratação em condições financeiras mais favoráveis ao erário.

Agilidade nas Aquisições: A contratação por meio de Pregão Eletrônico se destaca pela agilidade nas aquisições. A estrutura simplificada do pregão e a eliminação de etapas presenciais permitem que os processos de compra sejam concluídos em prazos menores, atendendo com eficiência às demandas da SEMSAU, especialmente em situações que exijam rapidez nas aquisições.

Segurança Jurídica: O Pregão Eletrônico é amparado pela legislação vigente, garantindo segurança jurídica em todas as fases do processo. Todos os atos são registrados e auditáveis, o que reduz o risco de fraudes ou irregularidades. Além disso, a modalidade assegura que a contratação seja realizada dentro dos princípios legais, como a legalidade, impessoalidade e moralidade.

Facilidade de Gestão: A utilização do Pregão Eletrônico simplifica a gestão contratual, uma vez que os termos do contrato são previamente estabelecidos no edital e seguidos por todos os fornecedores participantes. Dessa forma, a SEMSAU pode gerenciar de maneira mais eficiente os contratos celebrados, reduzindo a carga administrativa e o tempo dedicado à negociação de termos com fornecedores.

Transparência e Concorrência: O Pregão Eletrônico garante total transparência e equidade no processo de aquisição. A modalidade é realizada em ambiente eletrônico, com ampla publicidade e acompanhamento pelos órgãos de controle e pela sociedade, o que assegura que todas as etapas sejam realizadas com transparência. A concorrência é maximizada, garantindo à SEMSAU o acesso às melhores propostas e preços mais vantajosos.

15 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

15.1 A Secretaria Municipal de Saúde opta por não parcelar a aquisição por várias razões tais como: economia de escala pois a aquisição de vários itens em um único lote permite obter preços mais baixos; uniformidade e padronização pois ao se adquirir de um único fornecedor permite que





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

todas possuam as mesmas características; facilidade de gestão contratual pois haverá apenas um contrato; garantia e suporte técnico concentrada em um único fornecedor/prestador

16 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

16.1 A presente contratação, não apresenta correlação com outras contratações correlatas ou recorrentes já estabelecidas. Esta contratação é específica e única, atendendo a uma necessidade pontual e claramente definida, distinta de outras aquisições ou serviços realizados pela administração pública. A proposta visa atender uma demanda particular e específica, cujo objeto não se sobrepõe nem se relaciona com contratações anteriores ou em andamento. Assim, a ausência de correlação com outras contratações garante que esta proposta seja tratada de forma isolada e com total autonomia, assegurando o cumprimento das necessidades imediatas e específicas para as quais foi planejada.

17 DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

17.1 A presente contratação está alinhada ao planejamento institucional da Prefeitura de Costa Marques, que atualmente não dispõe de um Plano Estratégico formalizado ou de um Plano de Contratações Anual (PCA). Em substituição, a Administração pauta suas contratações nas diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), que são instrumentos legítimos e fundamentais para o planejamento orçamentário e financeiro do município.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 18.1** Fornecer as Camas conforme especificações e preços de acordo o processo licitatório.
- 18.2** Entregar o objeto estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, sem indícios de avarias ou violação.
- 18.3** Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto, inclusive frete.
- 18.4** Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da dispensa da licitação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

18.5 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124 Inciso II Alínea d da Lei nº 14.133/2021.

18.6 Garantir a qualidade das Camas entregues, bem como substituir qualquer objeto que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste Termo.

18.7 Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (Art. 92, Inciso XVI da Lei nº. 14.133/21)

19 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e edital.

19.2 Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.

19.3 Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao material solicitado.

19.4 Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

19.5 Conferir o objeto recebido e as notas fiscais se ambos estão de acordo com a nota de empenho.

19.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

19.7 Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 19.8** Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência.
- 19.9** Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.
- 19.10** Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- 19.11** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados

20 INFORMAÇÕES GERAIS:

- 20.1** Este Termo de Referência tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 – (Nova Lei de licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

21 DO FORO:

- 21.1** Fica eleito o foro da comarca de Costa Marques/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta contratação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

22 ELABORADO POR:

JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA
Equipe de Planejamento da Contratação
DEC. Nº 508/GAB/2025

23 APROVAÇÃO E ASSINATURA:

WELCKLEN SILVA DE JESUS
Secretário Municipal de Saúde
DEC. Nº 010/GAB/2025

Costa Marques/RO, 23 de fevereiro de 2026





PREFEITURA DE COSTA MARQUES - RO

AV. CHIANCA, 1.381 - CENTRO - COSTA MARQUES / RO - CEP: 76.937-000

CNPJ: 04.100.020/0001-95

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **WELCKLEN SILVA DE JESUS - SEC. MUN. DE SAUDE**, CPF: 008.66*. **2-*0 em **23/02/2026 10:39:01**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1034.6Z39.4016.V744.1232**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73*. **2-*0 em **23/02/2026 10:20:38**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10Z7.4220.6378.U21V.8042**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.411.97D** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA**, CPF: 052.73*. **2-*0 , em **23/02/2026 - 10:20:38**

Código de Autenticidade deste Documento: 10K3.7120.137K.E16X.4672

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.costamarques.ro.gov.br/verdocumento>

